

SISTEMA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL: SISTEMA DE COTAS COMO MEDIDA COMPENSATÓRIA

Rosana Maria Perillo Ferreira¹

RESUMO

Objetiva o artigo desenvolver uma análise de como está formado o sistema especial de proteção aos direitos humanos para a eliminação da discriminação racial. Aborda a proteção internacional dos direitos humanos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 que traça as diretrizes para a compreensão do princípio da igualdade. Levanta a discussão sobre a igualdade formal e a igualdade material, pois estes são conceitos importantes para que se entenda como as ações afirmativas resultantes em políticas públicas são desenvolvidas como formas de eliminação da discriminação racial. Como exemplo de uma ação afirmativa estatal analisa-se se a política de reserva de vagas no ensino superior no Brasil como medida compensatória voltada à correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Direitos Humanos- Discriminação Racial- Ações Afirmativas- Sistema de cotas.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo refere-se à análise sobre o sistema especial de proteção aos direitos humanos para a eliminação da discriminação racial. Inicialmente faz-se um breve apanhado sobre a proteção dos direitos humanos sob o prisma internacional, para em seguida traçar a diferença envolvendo o princípio da igualdade formal e igualdade material. Conceitos e princípios sobre a discriminação racial foram trazidos do texto da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e no Brasil baseou-se no Estatuto da Igualdade Racial – lei 12.288, promulgado em 20 de julho de 2010.

¹ Professora de Direito na Universidade Salgado de Oliveira/Universo; Advogada; Especialista em Docência Universitária e Mestranda em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento na PUC/GO.

Após a Conferência de Durban Contra o Racismo, em 2001, o Brasil passou a adotar ações afirmativas, configurando-se estas em programas e medidas especiais adotados pelo Estado para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. A adoção de cotas para afro-descendentes em universidades vem sendo utilizado como medida compensatória no Brasil.

Por ser um tema bastante polêmico, encerra-se esse estudo com informações recentes de ação proposta no Supremo Tribunal Federal com o intuito de obter a declaração da inconstitucionalidade do sistema de reservas de vagas no ensino superior para os afro-descendentes, como também dados jornalísticos sobre a situação da discriminação racial no mundo.

2 SISTEMA ESPECIAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A proteção internacional dos direitos humanos nas últimas décadas foi pautada em tentativas ou propostas de categorizações de direitos, como direitos individuais, sociais e de solidariedade ou dos povos. Segundo Cançado Trindade,² a Declaração Universal de 1948 juntamente com os dois Pactos Internacionais de Direitos Humanos (adotados em 1966)³ formaram a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Historicamente é possível verificar que a partir das ideias iluministas concretizadas com a revolução francesa, a chamada primeira geração de direitos humanos, configurou-se. O ideário liberal, com cunho totalmente individualista impregnou documentos internacionais bem como as constituições de países, como a Declaração Americana (1776) ou a Francesa (1789). Direitos consagrados respeitando-se as liberdades públicas e direitos políticos, ou como dizem alguns autores, direitos civis e políticos a traduzirem o valor de liberdade.

Já o século XIX, precisamente com a Revolução Industrial, é palco para a geração dos direitos humanos ditos de segunda geração. O Estado liberal, que primava essencialmente pela liberdade e pelo individualismo, com a consequente abstenção por parte do Estado, não respondia mais satisfatoriamente às necessidades das sociedades, que clamavam por ações estatais positivas, ou seja, uma atuação e não abstenção, do Estado. Surgiu o Estado intervencionista, firmando-se após a Primeira Grande Guerra. Os direitos sociais foram preconizados em documentos como a Constituição de Weimar de 1919 (Alemanha) e pelo Tratado de Versalhes, em 1919 (OIT). Os direitos humanos privilegiando os direitos sociais, culturais e econômicos, correspondendo aos direitos de igualdade.

²CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: evolução, estado atual e perspectivas*. In: Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 445-.

³Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos; Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

A doutrina classifica os direitos sociais ainda como de terceira geração. Há divergência de entendimentos sobre os direitos de solidariedade, de coletividade ou de fraternidade. Estes direitos surgem em decorrência das mudanças profundas sentidas universalmente, com o crescente desenvolvimento tecnológico e científico, que interferiu sobremaneira nas relações econômicas e sociais e principalmente no meio ambiente.

De acordo com Piovesan (2005) ⁴

Cabe realçar que a Declaração de 1948 inovou extraordinariamente a gramática dos direitos humanos, ao introduzir a chamada concepção contemporânea de direitos humanos, marcada pela universalidade e indivisibilidade desses direitos. Universalidade porque clama pela extensão universal dos direitos humanos, com a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos são conjugados ao catálogo dos direitos econômicos, sociais e culturais. A Declaração de 1948 combina o discurso liberal e o discurso social da cidadania, conjugando o valor da liberdade ao valor da igualdade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, é um dos documentos que compõem a proteção internacional dos direitos humanos.

Em seu preâmbulo diz a Declaração: (...) que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

O Sistema Especial de Proteção aos Direitos Humanos sobre a eliminação da discriminação racial tem sua raiz na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação e afirma solenemente a necessidade de se eliminar rapidamente todas as formas e todas as manifestações de

⁴PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 124, abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 19 jan. 2011.

discriminação racial através do mundo. Reafirma que a discriminação entre os seres humanos por motivos de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amigáveis e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos, bem como a coexistência harmoniosa de pessoas dentro de um mesmo Estado.

O tema discriminação racial remete ao conceito de igualdade. Em todos os textos internacionais ou nacionais que tratam sobre discriminação tem-se obrigatoriamente a noção de igualdade descritivas. Para Hans Kelsen (2003, p.56)⁵, a definição de justiça está intrinsecamente ligada à igualdade. Assim,

(...) verificaremos que a regra segunda a qual os que são iguais devem ser tratados de forma igual e os que são desiguais devem ser tratados de forma desigual não é sequer uma exigência da justiça mas uma exigência da lógica. Com efeito, ela é apenas consequência lógica do caráter geral de toda norma que prescreva que determinados indivíduos, em determinadas circunstâncias, devem ser tratados de determinada maneira, ou, formulada de um modo mais genérico, que prescreva que sob um determinado pressuposto se deve verificar uma determinada consequência, especialmente um determinado tratamento.

A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial declara que a carta fundamenta-se em princípios de dignidade e igualdade e proclama que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Sob o prisma jurídico todos os homens são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação. Mas como então entender essa igualdade? Canotilho (apud SILVA, 2002)⁶ explicita as noções de igualdade formal e igualdade material:

Na história do Estado de Direito, duas noções de princípio da igualdade têm sido recorrentes nos textos constitucionais. De um lado, na acepção de igualdade formal, fala-se na necessidade de vedar ao Estado toda sorte de tratamento discriminatório negativo, ou seja, de proibir todos os atos administrativos, judiciais ou expedientes normativos do Poder Público que visem à privação do gozo das liberdades públicas fundamentais do indivíduo com base em critérios *suspeitos* tais como a raça, a religião ou a classe social. De outro, sustenta-se que, além de não discriminar arbitrariamente, deve o Estado promover a igualdade material de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que atentem para as especificidades dos grupos menos favorecidos, compensando, desse modo, as eventuais desigualdades de fato decorrentes do processo histórico e da sedimentação cultural.

⁵ Kelsen, Hans. *O problema da Justiça*. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003, p.56.

⁶ SILVA, Alexandre Vitorino. *O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3479>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

Exemplo de igualdade formal é o que consta do texto constitucional brasileiro, no art. 5º, caput e inciso I, ao consagrar que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A igualdade material é posta em prática em leis infraconstitucionais brasileiras, como a proteção que é dada aos vulneráveis consumidores, na relação de consumo, estabelecida com fornecedores ou aos empregados hipossuficientes, na relação de trabalho estabelecida com o empregador.

Numa perspectiva diferenciada, Boaventura de Souza Santos (2003)⁷ afirma que “(...)temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”.

A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial conceitua "discriminação racial" como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública. (Parte I, Artigo I).

Analisando a premissa que não discriminar seria respeitar a diversidade, as diferenças que não reproduzam desigualdades, deve-se indagar como enfrentar toda a problemática da discriminação. Caminhos são apontados por vários autores. Flávia Piovesan⁸ ensina:

No âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, destacam-se duas estratégias: a. repressiva punitiva (que tem por objetivo punir, proibir e eliminar a discriminação; b. promocional (que tem por objetivo promover, fomentar e avançar a igualdade).

⁷SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁸PIOVESAN, op. cit.

E acrescenta:

Faz-se necessário combinar a proibição da discriminação com políticas compensatórias que acelerem a igualdade enquanto como processo. Isto é, para assegurar a igualdade não basta apenas proibir a discriminação, mediante legislação repressiva. São essenciais as estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais.

3 SISTEMA DE COTAS: AÇÕES AFIRMATIVAS

No campo repressivo, tem-se um arcabouço jurídico de tratados, acordos e convenções internacionais e no campo doméstico as constituições de países e também leis infraconstitucionais. Surgem as ações afirmativas estatais como políticas públicas compensatórias com a finalidade de assegurar o respeito à diversidade. Como medidas concretas pode-se concluir que a igualdade material é alcançada, não subsistindo apenas a igualdade formal.

A Conferência de Durban Contra o Racismo, em 2001, de acordo com Alves (2005 p. 139)⁹, foi de grande importância, já que “(...) os documentos de Durban trazem novos conceitos e compromissos importantes, particularmente para o combate ao racismo estrutural. Estes podem ser utilizados como guias à atuação dos Estados, internamente e em ações internacionais, ou como instrumento semijurídico para cobranças das sociedades aos governos”.

Após esta Conferência as ações afirmativas começaram a ser aplicadas no Brasil.

As ações afirmativas foram “concebidas originariamente nos Estados Unidos como forma de enfrentamento do desemprego de minorias étnicas, tais políticas discriminatórias positivas, impostas ou incentivadas pelo Poder Público, rasgam o véu de inocência do Estado Liberal ao determinar que fatores antes vistos como propensos à discriminação negativa podem ser convertidos em focos de ação imediata de proposições promoventes da igualdade material”, segundo Alexandre Vitorino Silva¹⁰.

⁹ ALVES, José Augusto Lindgren. *Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos*. In: Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 139.

¹⁰ SILVA, Alexandre Vitorino. *O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3479>>. Acesso em: 19 jan. 2011.)

Sobre as ações afirmativas nos Estados Unidos Ronald Dworkin trabalha o tema discriminação compensatória. Ele ilustra comparando duas situações que ocorreram nos Estados Unidos, um no ano de 1945 e outro em 1971. A primeira refere-se a um caso de um negro chamado Sweatt que tentou ingressar na Faculdade de Direito da Universidade do Texas, mas foi recusado porque uma lei estadual determinava que somente brancos pudessem freqüentar a universidade. O segundo refere-se ao judeu de nome DeFunis que se candidatou a uma vaga na Faculdade de Direito da Universidade de Washington e foi recusado, ainda que as notas dos exames aos quais se submeteu e as de todo seu histórico escolar fossem tão altas que ele teria facilmente sido admitido se fosse negro, filipino, chicano ou índio americano.

Levantando todo o debate que envolve o programa de cotas para ingresso em instituições de ensino tomando-se como referência critérios raciais, Dworkin¹¹ conclui:

(...) Temos, todos nós, inteira razão ao desconfiarmos das classificações por raça. Elas têm sido usadas para negar, em vez de respeitar, o direito à igualdade, e todos nós estamos conscientes da injustiça que daí decorre. Mas se entendermos mal a natureza dessa injustiça, ao não estabelecermos as distinções simples que são necessárias para o seu entendimento, estaremos correndo o risco de cometer ainda mais injustiças. Pode ser que os programas de admissão preferencial não criem, de fato, uma sociedade mais igualitária... E conclui: (...) Não devemos, porém, corromper esse debate imaginando que tais programas são injustos mesmo quando funcionam. Precisamos ter o cuidado de não usar a Cláusula de Igual Proteção para fraudar a igualdade.

No Brasil, a lei 12.288, de 20 de julho de 2010 instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. (art. 1º)

No parágrafo único do art. 1º, o estatuto define a discriminação racial ou étnico-racial, a desigualdade racial, a desigualdade de gênero e raça, a

¹¹DWORKIN, Ronald. *Discriminação Compensatória*. In: Levando os Direitos a Sério. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 343-370.

população negra, as políticas públicas e as ações afirmativas, configurando-se estas em programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

As discussões travadas acerca do sistema de cotas como política pública no Brasil tem sido motivo de acalorados debates. A situação tem originado muitas ações judiciais. Uma argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF 186/DF) foi proposta pelo partido político DEM-Democratas e está em julgamento, em face do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília- CEPE, do Reitor da Universidade de Brasília e do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília-CESPE/UnB. A ação foi proposta com o escopo de se obter a declaração de inconstitucionalidade dos atos da Universidade de Brasília- UnB que utilizaram o critério racial na seleção de candidatos para ingresso na universidade. Entidades públicas e privadas como a Defensoria Pública da União – DPU, o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro –MPMB, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Fundação Cultural Palmares, o Movimento Negro Unificado – MNU , o projeto social EDUCAFRO – Educação e cidadania de Afro-descendentes e Carentes, mantido pela Associação Civil Francisco de Assis - Educação, Cidadania, Inclusão e Direitos Humanos (Faecidh), pediram sua habilitação nesta ADPF na condição de *amicus curiae* e tiveram o pedido deferido.

Relata Túlio Vianna (2001)¹² que “em audiência pública ocorrida no STF em 3 de março de 2010, o senador Demóstenes Torres (DEM/GO) afirmou em defesa da ação: ‘Nós temos uma história tão bonita de miscigenação... (Fala-se que) as negras foram estupradas no Brasil. (Fala-se que) a miscigenação deu-se no Brasil pelo estupro. (Fala-se que) foi algo forçado. Gilberto Freyre, que é hoje renegado, mostra que isso se deu de forma muito mais consensual’.”

Argumentos como estes utilizados pelo senador negando a ocorrência da desigualdade, da discriminação, são bastante corriqueiros em processos que tramitam no Poder Judiciário brasileiro. Pela ênfase dada à tese contrária ao sistema

¹²VIANNA, Túlio. *Cotas da igualdade*. Revista Forum- http://www.revistaforum.com.br/a_revista/ acesso dia 19.01.2011

de cotas, ilustra-se com um caso concreto. Foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal pedido de antecipação de tutela em recurso extraordinário interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que entendeu ser constitucional o programa de ação afirmativa, estabelecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, que instituiu o sistema de “cotas” com reserva de vagas como meio de ingresso em seus cursos de nível superior.

No caso o recorrente inscreveu-se no vestibular 2008/01 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o curso de Administração. No entanto, não alcançou classificação suficiente em exame vestibular para ser admitido no curso pleiteado, não obstante tenha logrado pontuação maior do que alguns candidatos que ingressaram no mesmo curso pelo sistema de reserva de vagas destinadas aos estudantes egressos do ensino público e aos estudantes negros egressos do ensino público.

Afirmou o recorrente ter sido informado de que, com base nos termos da Decisão 134/2007, exarada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “das 160 vagas disponibilizadas, 30% (trinta por cento) estariam reservadas a candidatos privilegiados em razão de sua etnia e condição social e 10 (dez) vagas a candidatos indígenas”.

Alegou que “tais decisões, como esta, devem ser encaradas como verdadeiro pacto de mediocridade – para os estudantes da rede pública, sabidamente menos preparados na medida em que foram prejudicados por absoluta incúria do Poder Executivo em lhes prover uma formação humanística e propedêutica decente, em detrimento de estudantes oriundos do ensino médio particular, demonizando, portanto, o conhecimento oriundo de estabelecimentos particulares comprometidos com o ensino, em prol de uma rede pública falida”.

“Quanto à discriminação étnica, o absurdo é ainda maior, pois o raciocínio subjacente é que a Universidade Pública, paga por todos, é ‘loteada’ entre os que possuem ascendência derivada dos indivíduos da raça negra e índios, o que é um despautério”. Sustentou ser “artificial, esse critério, que ao invés de levar o aluno à Universidade, levou a Universidade ao aluno, tornando lícito supor que produzirá em breve futuro, duas categorias de profissionais: engenheiros, médicos, advogados,

juízes e promotores que lograram ingressar na Universidade sem mérito, o que pressupõe não conter formação propedêutica suficiente ao acompanhamento do curso, e os que o fizeram com mérito, sendo previsível a futura discriminação que os primeiros sofrerão mercê do baixo desempenho que terão em suas profissões, salvo se, também, para as profissões for criado um 'sistema de cotas' que sequer tem respaldo de Lei ou Emenda Constitucional". Destacou que "sob outro aspecto, pelo fato de impor distinção de tratamento com base em critério étnico, incorre em verdadeiro crime de racismo, o qual é igualmente vedado pela Constituição da República".¹³

No entanto não há ainda pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade das políticas de reservas de vagas.

Defensores desta política demonstram com dados históricos ou estatísticos a existência da discriminação racial no Brasil.

Reportagem publicada em 05 de abril de 2010 no site PNUD Brasil¹⁴ (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) atesta que as disparidades entre negros e brancos têm diminuído na educação, mas isso ainda não se refletiu em queda da desigualdade de renda na mesma proporção, indica o quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançado pelo governo federal no fim de março, em Brasília. Continua a reportagem que os números mostram que a proporção de pessoas muito pobres entre os negros é mais que o dobro que entre os brancos. Sob esse ponto de vista, a desigualdade racial abre um fosso de cinco anos entre os dois grupos: a extrema pobreza de pretos e pardos de 2008 era a mesma que a de brancos de 2003. Como afirma o estudo, apesar dos avanços o objetivo da igualdade racial requereria uma queda mais acelerada da pobreza extrema entre pretos ou pardos.

¹³STF. RE 597285/RS; Rel. Min. Ricardo Lewandowski DJe-119 DIVULG 29/06/2010 PUBLIC 30/06/2010 <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28discrimina%E7%E3o+racial%29+N AO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas>

¹⁴PNUD Brasil- disponível em www.pnud.org.br/ acesso em 19.01.2011

Por sua vez, em âmbito internacional as discussões sobre racismo não tem avançado como deveria. Conforme noticiou toda a imprensa mundial _ em destaque reportagem do Estado de São Paulo¹⁵, no dia 19 de abril de 2009, lança a manchete_ Obama boicota conferência da ONU sobre Racismo. Diz a reportagem: “O presidente Barack Obama boicota a conferência das Nações Unidas sobre Racismo em Genebra e causa, para alguns, a primeira decepção internacional de seu mandato. Entidades do movimento negro em Chicago, no Congresso americano e na África criticaram ontem duramente a decisão de Obama, que optou por não enviar uma delegação à Genebra diante da linguagem anti-Israel no acordo que servirá de base para a conferência. Além disso, Washington teme que a conferência se transforme em uma plataforma antisemita e ainda um ataque contra a liberdade de expressão. Hoje, a ONU abre sua 2ª conferência mundial para tratar do racismo. O evento se transformou em um enfrentamento entre o Ocidente e os países islâmicos. Além dos Estados Unidos, os governos de Israel, Canadá, Austrália, Holanda e Itália também optaram por boicotar o encontro”.

A questão da segregação racial na África do Sul também foi destaque na imprensa brasileira no mês de janeiro de 2011, quando a entrevista principal na Revista Isto é¹⁶ foi com Nontombi Naomi Tutu, filha de Desmond Tutu- ganhador do Prêmio Nobel da Paz e respeitada ativista de direitos humanos. Quando perguntada se a segregação racial ainda é forte na África do Sul, ela respondeu que infelizmente sim. A África do Sul não está completamente livre do apartheid. O racismo ainda existe e é muito forte.

¹⁵O Estado de São Paulo- disponível em www.estadao.com.br acesso em 19 de janeiro de 2011.

¹⁶Revista Isto é {Editora Três, Ano 35 nº2149 p.8}

4 CONCLUSÃO

Ao ser afirmado solenemente pelas Nações Unidas, em 1963 a necessidade de se eliminar rapidamente todas as formas e todas as manifestações de discriminação racial através do mundo e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana, certamente que os defensores da igualdade, vista sob o prisma do respeito à diversidade, regozijaram, pois um grande passo no combate à discriminação racial foi dado.

Porém isso não foi suficiente. O racismo ainda é tema de muitos debates. Há autoridades mundiais, pessoas com poder decisório, bem como pessoas comuns, que negam a existência do racismo ou de qualquer outra forma de discriminação, de segregação.

Para a eliminação a todas as formas de discriminação racial é preciso antes aceitar que esta existe, é real e faz parte do cotidiano das pessoas. Em recente entrevista realizada pela Revista Isto é,¹⁷ em janeiro de 2011, à Nontombi Naomi Tutu, respeitada ativista de direitos humanos e filha de Desmond Tutu-ganhador do Prêmio Nobel da Paz, quando perguntada sobre qual foi a experiência mais forte com relação ao racismo, ela respondeu que foi um episódio envolvendo o filho dela, de 13 anos. Disse que um amigo dele suspeitou que ele tivesse roubado um cartão de crédito só porque é negro. Pergunta a entrevistada: onde esse amigo aprendeu que negros são assaltantes?

Exemplos é que não faltam de pessoas que sofrem ou já sofreram discriminação racial. A atriz brasileira Juliana Alves, lembrando a discriminação racial que já sofreu, afirmou que “a pior situação era quando procurava trabalho e ouvia aquela resposta clássica: não precisamos porque já temos uma negra no elenco”.¹⁸

¹⁷Revista Isto é {Editora Três, Ano 35 nº 2149 p.14}

¹⁸ Revista Isto é {Editora Três, Ano 35 nº 2149 p.30}

No Brasil a própria ação argüindo a inconstitucionalidade da reserva de cotas aos afro-descendentes para ingresso no ensino superior, que está para ser julgada no Supremo Tribunal Federal, demonstra o quanto o tema é polêmico no país.

Autores se dividem na defesa ou não das ações afirmativas, nas medidas compensatórias. Porém, a negação ao racismo no Brasil é a negação da história. As ações afirmativas têm o condão de minimizar as diferenças e consequentemente dar oportunidades a quem não às possuía.

Para Flávia Piovesan:¹⁹A implementação do direito à igualdade racial há de ser um imperativo ético-político-social, capaz de enfrentar o legado discriminatório que tem negado à metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e de liberdades fundamentais.

E por ser oportuno, os dizeres de Túlio Vianna:²⁰

Quando os cirurgiões e os juízes negros deixarem de ser confundidos com pacientes e réus, não precisaremos mais de cotas. Até lá, as cotas raciais cumprirão não só o papel de promoção da igualdade racial, mas principalmente farão justiça com o estudante negro que enfrentou tantos percalços na sociedade racista em que vive. Reconhecerão o mérito de quem desafiou todas as expectativas sociais em contrário e continuou estudando para ingressar em uma universidade. O mérito de quem teima em ser um vencedor.

¹⁹PIOVESAN, op. cit.

²⁰VIANNA, Túlio. *Cotas da igualdade*. Revista Forum- http://www.revistaforum.com.br/a_revista/ acesso dia 19.01.2011

5 REFERÊNCIAS

ALVES, José Augusto Lindgren. *Conferência de Durban contra o racismo e a responsabilidade de todos*. In: Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 139.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *Proteção internacional dos direitos econômicos, sociais e culturais: evolução, estado atual e perspectivas*. In: Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003. p. 445-503.

DWORKIN, Ronald. *Discriminação Compensatória*. In: Levando os Direitos a Sério. Trad. Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 343-370.

KELSEN, Hans. *O problema da Justiça*. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003, p.56.

O Estado de São Paulo- disponível em www.estadao.com.br acesso em 19 de janeiro de 2011.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 124, abr. 2005 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 19 jan. 2011.

PNUD Brasil- disponível em www.pnud.org.br/ acesso em 19.01.2011

Revista Isto é {Editora Três, Ano 35 nº 2149 p.14}

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In: Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Alexandre Vitorino. *O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro*. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/3479>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

VIANNA, Túlio. *Cotas da igualdade*. Revista Forum-
http://www.revistaforum.com.br/a_revista/ acesso dia 19.01.2011

<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28discrimina%20racial%29+NAO+S%20PRES%20E&base=baseMonocraticas>